RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Exercício 2009

Introdução

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab submete a apreciação dos Senhores Conselheiros, as Demonstrações Financeiras concernentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, acompanhadas das respectivas notas explicativas.

Mensagem da Diretoria

O exercício de 2009, 19º aniversário da Conab, foi pontificado por conquistas e avanços significativos da gestão estratégica e de governança corporativa, envolvendo o alinhamento entre as estratégias de atuação, os processos de negócios, as iniciativas voltadas ao aprimoramento das ações relacionadas à execução das políticas agrícola e de abastecimento, um relacionamento mais estreito com os clientes, parceiros e demais partes interessadas, como também a manutenção de um equilíbrio entre os objetivos priorizados pela alta administração, a delegação e os controles internos.

Essas iniciativas geraram intensas transformações no modus operandi da Companhia, priorizando soluções logísticas e projetos integrados, e, por consequência, maior eficiência e eficácia em suas ações. As conquistas alcançadas refletem a estratégia de crescimento baseada na qualidade dos nossos serviços, o que não poderia ser outro o resultado senão a consolidação da nossa credibilidade perante os clientes e parceiros, como também no âmbito da sociedade em geral. E isto vem levando a empresa a ser demandada, de forma cada vez mais intensiva, para a execução de novas e importantes atividades no contexto das políticas agrícola e de abastecimento.

Ampliou-se de maneira significativa o leque de suas operações, passando a executar várias ações vinculadas não somente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, como também aos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Desenvolvimento Agrário – MDA, Ministério da Pesca e Aquicultura - MPa e o Ministério do Meio Ambiente - MMA, especialmente no tocante à operacionalização do Programa de Aquisição da Agricultura Familiar – PAA e de Cestas Básicas, e, ainda, ao Ministério da Integração Nacional (Defesa Civil) e ao Gabinete da Secretaria de Segurança Institucional, no contexto de ajudas humanitárias nacionais e internacionais.

Enquanto gestora dos estoques públicos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, realiza diretamente as Aquisições do Governo Federal – AGFs, remoções e comercialização de produtos, por meio de leilões eletrônicos, assim como a fiscalização e o controle dos estoques.

Em parceria com os órgãos coordenadores e demais entidades envolvidas, vem operacionalizando e aprimorando os instrumentos de intervenção governamental na comercialização de produtos agropecuários, como é o caso do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural – PEPRO, Prêmio de Escoamento do Produto – PEP, Valor de Escoamento do Produto – VEP, Contrato Público de Opção de Venda, Subvenção Econômica aos Produtores de Cana de Açúcar, Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas, entre outros.

Merece destaque especial a operacionalização do Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar – PAA, que se constitui em uma ação estruturante voltada ao fortalecimento e ao desenvolvimento da agricultura familiar, especialmente o pequeno agricultor, para quem a vida foi, até o início do atual governo, feita apenas de esperança.

O PAA é operacionalizado por meio de convênios mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Agrário – MDA, Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, envolvendo a Compra Direta da Agricultura Familiar, Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque, Compra Especial da Agricultura Familiar – CPR-Doação. No transcorrer do exercício de 2009 foram aplicados recursos da ordem de R\$ 362,5 milhões, superando em 32% o montante do exercício anterior. A quantidade de produtos adquiridos somou 277.066 toneladas, envolvendo 91.481 agricultores familiares.

Quando ao abastecimento agroalimentar, a Conab, por meio do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT, e em interação com os Estados, Municípios e outras partes interessadas, vem atuando de forma bastante decisiva no processo de articulação e no âmbito da cadeia de produção, distribuição e comercialização, com o objetivo de promover a modernização do setor.

Ainda dentro do leque de políticas governamentais estruturantes, a Conab vem promovendo a implantação da Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP, induzindo ações que possam alavancar a expansão e o fortalecimento dos canais regulares de suprimento de produtos básicos as comunidades mais necessitadas, favorecendo a oferta de mercadorias de qualidade e a preços justos.

No âmbito das atividades relacionadas ao levantamento e a avaliação de safras, atuamos não somente na área de grãos, como também no tratamento das informações relacionadas a cana-de-açúcar. O processo de levantamento passou a ter maior consistência, a partir da implementação do Projeto de Aperfeiçoamento Metodológico do Sistema de Previsão de Safras no Brasil – GeoSafras, com o uso de geotecnologias (sensoriamento remoto, GPS – Global Positioning System e SIGABrasil – Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira). O desenvolvimento e o aprimoramento do projeto envolvem a parceria com entidades de pesquisa e ensino, e é acompanhado pela aplicação de modelos Agrometeorológicos nos prognósticos de rendimento, assim como por levantamento de campo.

Por força da Lei nº 9.973/2000 (Lei de armazenagem) e a regulamentação de que trata o Decreto nº 3.385/2001, a Conab teve o seu papel no contexto do setor armazenador reforçado de maneira significativa, passando a atuar na capacitação da mão-de-obra, vistoria dos estoques privados, levantamento de informações de estoques privados, e ainda a manutenção e gerenciamento do Cadastro Nacional de Armazéns.

Por outro lado, a Conab, enquanto prestadora de serviços de armazenagem, conta atualmente com uma rede de 96 complexos armazenadores (179 armazéns), com capacidade estática de 2,2 milhões de toneladas. Essa rede destina-se ao atendimento supletivo à iniciativa privada e ao suporte de armazenagem dos estoques públicos e os destinados à distribuição no âmbito dos programas sociais.

Relativamente ao tema informações e conhecimento, a Conab mantém um banco de dados com séries históricas de preços e vários outros indicadores econômicos e da agropecuária; elabora sistematicamente análises conjunturais e calcula os custos de produção dos produtos amparados pela PGPM, além dos cítricos, aves e suínos; realiza diagnósticos e estudos sobre as vias e principais corredores de escoamento da safra brasileira. Essas informações são disponibilizadas ao público por meio do seu sítio e publicações especializadas.

Sob o ponto de vista econômico-financeiro, a Conab, no contexto de uma política de contenção seletiva dos dispêndios – imune, entretanto, ao vazio recessivo –, e uma maior capacidade de geração e captação de recursos, conseguiu superar as eventuais restrições que se apresentaram, fechando o exercício com um resultado superavitário de R\$ 43,8 milhões (antes da tributação).

A propósito, a preocupação com o equilíbrio econômico-financeiro, via redução seletiva dos custos e aumento dos ingressos, não significa que a Companhia deva ser administrada dentro da concepção empresarial em que a rentabilidade é o foco básico, o que desvirtuaria, obviamente, o seu caráter de serviço público, escapando dos critérios de economicidade global. Nesse sentido, a administração é ciente que o prejuízo gerado por ineficiência é altamente anti-social, porquanto os recursos pertencem a sociedade, e a esta devem retornar sob a forma de benefícios efetivos e mensuráveis.

É oportuno ressaltar que o momento vivenciado pela Companhia está calado, entre outros elementos alavancadores, no programa de qualificação adequada e no treinamento e capacitação dos seus colaboradores, com ênfase em questões diretamente relacionadas à competência e formação profissional, assim como o desenvolvimento de lideranças empreendedoras. Acreditamos nas pessoas, preparadas, integradas e motivadas, como força motriz para o alcance dos nossos objetivos comuns.

Nesse mesmo diapasão, mencione-se que, após quase duas décadas de expectativas e frustrações que permearam o tecido do corpo funcional, a Companhia, após intensas negociações com os órgãos envolvidos, conseguiu aprovar, no exercício de 2009, o novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS. Referido instrumento de gestão, além de organizar e otimizar as responsabilidades entre cargos e a estruturação e hierarquização das funções, irá permitir à empresa a administração de seus recursos humanos de forma mais eficiente e eficaz, permitindo a ascensão profissional dos colaboradores de acordo com suas competências e desempenhos, e a movimentação salarial por mérito e antiguidade. Reconhecemos que há muito por fazer no sentido de aprimorar esse valioso instrumento de gestão de pessoas; entretanto esse foi, sem nenhuma dúvida, um passo significativo na busca da harmonia entre capital e trabalho.

Enfim, o alcance dessa performance só foi possível pelo talento, dedicação e profissionalismo de todos os nossos colaboradores. A todos expressamos a nossa gratidão e o nosso reconhecimento, por representarem a expressão de que o aperfeiçoamento contínuo e a busca de objetivos comuns transformam tanto indivíduos quanto organizações. Aos Conselhos de Administração e Fiscal, os nossos agradecimentos pelas orientações e fiscalização dos atos e fatos da gestão, que nos ajudaram na conquista dos resultados alcançados.

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva e ao Senhor Ministro Reinold Stephanes, os nossos profundos agradecimentos pelo decisivo apoio que, sem o qual, não teríamos, com certeza, condições de viabilizar as transformações implementadas e alcançar a eficiência em nossas ações.

Finalmente, aos nossos clientes, fornecedores e aos demais parceiros da sociedade civil e do setor público, que nos desafiam no dia-a-dia a superar nossas metas e melhorar nossa eficiência, a nossa gratidão por tudo o que alcançamos.

Fazer de nossa empresa uma grande organização. Esse é o compromisso e o dever que nos irmana e confunde, compartilhando da missão única de contribuir, de forma efetiva, para o desenvolvimento da agricultura brasileira e do abastecimento e segurança alimentar, não apenas de forma passageira, mas como algo permanente e duradouro, dentro de uma visão estratégica focada no futuro que transformamos no presente

A Diretoria

Desempenho Corporativo

Criada pela Lei nº 8.029 de 1990, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é uma empresa pública federal, e dentre suas atividades, tem a responsabilidade de subsidiar a formulação da Política Agrícola, de fornecer suporte ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de parceiros governamentais, com as informações necessárias para o desenvolvimento do setor agrícola, além de disponibilizar sua estrutura orgânica ao atendimento dos programas sociais do governo.

A Companhia funciona com um sistema colegiado, formado por uma presidência e quatro diretorias: Operações e Abastecimento, Política Agrícola e Informações, Administrativa e Financeira. Nos estados é representada por meio das Superintendências Regionais, com Unidades Armazenadoras nos municípios.

Em constante processo de aprimoramento, a Conab supera as suas expectativas a cada ano, promovendo a regularidade do abastecimento interno, apoio à comercialização tanto para agricultura empresarial quanto para a familiar, estendendo também suas ações no que tange a segurança alimentar e nutricional de vários segmentos da sociedade brasileira.

Diante da amplitude de atuação e, por força de sua condição jurídica de empresa pública de direito privado, faz-se necessário mediante lei, apresentar os resultados das atividades levadas a cabo anualmente.

Governança Corporativa

Conselho de Administração

Órgão de deliberação colegiada, que exerce a administração superior da Conab, com a seguinte composição:

- Presidente: Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Substituto: Presidente da Conab, que assume em caso de ausências do titular;
- conta com até três representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- e, um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Diretoria Colegiada

Constituída de um Presidente e até quatro Diretores, nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Os Diretores são nomeados sem atribuição específica, cabendo ao Conselho de Administração definir a titularidade de cada Diretoria.

Da Política de Garantia de Preços Mínimos

A Conab presta apoio à comercialização dos produtos agropecuários amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Executa, acompanha e analisa o mercado agrícola nacional e internacional, sistematicamente, apontando os instrumentos a serem utilizados e o volume de recursos orçamentários/financeiros que deverão ser alocados, visando à formação de estoques públicos ou o escoamento da produção por meio de subvenção econômica.

A Companhia elabora estudos e propostas de preços mínimos; de ações de apoio à comercialização, ao abastecimento e à estocagem; de definição de preços de compra e venda de produtos agropecuários; de índices de permuta nas operações para suprir os programas de abastecimento.

As proposições têm como objetivo manter a regularidade do abastecimento, a garantia de renda ao produtor, a segurança alimentar da sociedade e a formação de estoques públicos.

Para os produtos como o algodão, arroz, café, feijão, mandioca, milho, trigo, vinho, leite, soja e sisal, foram disponibilizados em torno de 4,09 bilhões de reais, em apoio à comercialização dos respectivos produtos em 2009, registrando-se o maior volume financeiro desde 1990, quando da criação de significativa parcela dos mecanismos.

Houve concessão de subvenção extraordinária aos produtores independentes de cana de açúcar do Nordeste e do estado do Rio de Janeiro, o montante de 62 milhões de reais para o atendimento de 33,7 mil clientes, pago até dezembro de 2009.

Foram objeto de estudos pela Conab, os produtos resultantes da Sociobiodiversidade para compor preços mínimos da PGPM, entre eles o açaí, o babaçu, a borracha natural (extrativa), castanha do Brasil e o pequi e inclusão da piaçava e do pó cerífero, além de propostas de inserção dos óleos vegetais de andiroba, copaíba e da borracha látex, em análise pelos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Meio Ambiente e da Fazenda, com vistas à aprovação.

A parceria entre a Conab e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) executa o Programa de Subvenção Direta ao Extrativista (SDPE), destinado a melhorar a renda e a manutenção das populações de florestas, com produtos resultantes da Sociobiodiversidade. A Conab subvencionou 945 toneladas de produtos, sendo 313 de amêndoa de babaçu, 444 de borracha natural e 188 de castanha do Brasil, chegando à cifra de 1 milhão de reais.

Do Programa Operação Arco Verde

Neste programa, o destaque é o projeto mutirão Arco Verde Terra Legal, tendo como princípio atuar, prevenir e controlar o desmatamento na Amazônia, envolvendo ações de cidadania e direito das populações nos estados do Amazonas, do Maranhão, de Mato Grosso, do Pará, de Rondônia e de Roraima. O foco do programa é o estímulo popular na manutenção da floresta amazônica, por meio de seu uso e manejo sustentável, ou seja, demonstrar que é possível viver e usufruir dos recursos existentes na floresta, sem devastá-la.

Os técnicos da Conab em 2009 apresentaram os instrumentos de apoio aos pequenos agricultores em 43 municípios do mutirão Arco Verde. Estes instrumentos são o PAA (Compra direta, CPR doação, CPR estoque) e a subvenção ao extrativista (SDPE).

Do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura

Familiar – PGPAF

O Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) é uma das ações de apoio ao pequeno produtor que compõem o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cujo objetivo é garantir a sustentação do valor pecuniário dos produtos, com estímulo a diversificar a produção agropecuária e a articulação das diversas políticas de crédito e de comercialização.

Os beneficiários do PGPAF são os agricultores com acesso ao crédito do Pronaf para a produção de algodão em caroço, alho, amendoim, mamona, arroz, castanha do Brasil, café (arábica e conilon), carne de caprino e ovinos, cará/inhame, cebola, tomate, castanha de caju, pó cerífero (carnaúba), feijão, girassol, juta/malva, sisal, leite, milho, pimenta do reino, raiz de mandioca, soja, sorgo, trigo e triticale. A partir de 2009 foram incluídas a produção de pequi e piaçava.

Para fixar e garantir os preços do PGPAF é realizado levantamento de custos de produção de produtos agrícolas, mas análises de mercado para os produtos amparados, cuja finalidade é subsidiar o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Baseado nos preços estabelecidos para a garantia apura-se mensalmente o Bônus calculado pela diferença, entre o preço de garantia e o preço de mercado, concedendo um desconto de até 3,5 mil reais.

A Conab, em 2009, encaminhou mensalmente ao MDA planilhas contendo os preços de mercado e os bônus concedidos aos tomadores de crédito, que quitaram seus financiamentos nos meses subsequentes. No total, foram concedidos bônus a 26 produtos nos diversos estados, com destaque para o feijão, o leite e o milho.

Do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído pela Lei 10.696/2003 e regulamentado pelos Decretos nºs. 6.447/2008 e 6.959/2009, com a finalidade de incentivar a agricultura familiar. Registrou-se, em 2009, aplicações no ordem de 362,5 milhões de reais, envolvendo a aquisição de 277 mil toneladas de alimentos provenientes de 91,4 mil agricultores familiares em 946 municípios, utilizando-se instrumentos de comercialização da Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) – Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação) e Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque).

As modalidades de Doação Simultânea e Formação de Estoque exigem elaboração de projetos de venda, onde as organizações familiares apresentam um plano de entrega ou da Formação de Estoque, entre outros dados. Já a Compra Direta não exige projetos, uma vez que os agricultores e agricultoras, ou suas organizações, entregam o produto diretamente à Conab.

Execução PAA

ORIGENS DOS RECURSOS/ INSTRUMENTOS	VALOR DAS OPERAÇÕES (RS)	Nº DE AGRICULTORES FAMILIARES	QUANTIDADE DE PRODUTO (KG)
MDS	272.275.506	75.118	169.913.451
- CDAF	106.542.361	26.688	64.295.385
- CPR-DOAÇÃO	150.343.336	44.590	95.097.427
- CPR-ESTOQUE	15.389.809	3.840	10.520.640
MDA	90.243.436	16.363	107.152.330
- CDAF	64.469.265	10.052	81.184.651
- CPR-ESTOQUE	25.774.172	6.310	25.967.679
Total	362.518.943	91.481	277.065.782

A Conab recebeu 2,7 mil propostas de venda de produtos oriundos das famílias de agricultores e agricultoras, em 2009, 1.015 foram executadas, o que representa 37% do total. Esse resultado está atrelado à maior demanda por Compra Direta em 2009 (47,2%).

Proposta de Venda da Agricultura Familiar

UF	Nº DE PROJETOS	
	ANALISADOS	EXECUTADOS
NORTE	198	32
NORDESTE	1.097	444
SUDESTE	897	238
SUL	376	257
CENTRO-OESTE	172	44
TOTAL	2.740	1.015

É possível verificar no quadro a seguir o número de famílias agricultoras atendidas com recursos do MDA e MDS, nas diversas regiões brasileiras, além da quantidade de alimento adquirida, o número de municípios relacionados e o volume de recursos financeiros empregados.

Nº de Atendimento da Agricultura Familiar

REGIÃO	Nº DE AGRICULTORES FAMILIARES	QUANTIDADE (KG)	Nº DE MUNICÍPIOS	RECURSOS GASTOS COM AQUISIÇÃO
NORTE	5.386	11.426.383	55	15.550.480
NORDESTE	29.301	66.591.886	325	103.322.742
SUDESTE	22.498	59.829.392	223	78.598.203
SUL	30.417	126.750.811	280	151.823.416
CENTRO-OESTE	3.879	12.467.311	63	13.224.101
TOTAL BRASIL	91.481	277.065.782	946	362.518.943

Foram intensificadas em 2009, ações de capacitação para elaborar propostas e divulgação dos instrumentos de comercialização com a aplicação de 325 mil reais na capacitação de 26,5 mil pessoas. As ações, desempenhadas pelos técnicos totalizaram um investimento de 90 mil reais, inseridas no contexto das políticas públicas prioritárias do Governo Federal, contemplando a Operação Arco Verde, nas oficinas do PAA nos estados de Roraima, Rondônia, Amazonas e Pará, que permitiu a aplicação de 1,64 milhões de reais na CPR-Estoque. Este projeto tem a finalidade de incentivo por parte dos agricultores familiares na preservação das florestas.

Programa de Revitalização

No âmbito do Programa de Revitalização da Conab (Projeto BRA 03/034), em consonância com o Acordo de Cooperação Técnica firmado em 2003 com a Agência Brasileira de Cooperação – ABC e Programa das Nações Unidas – PNUD, foram implementadas ações inerentes aos seguintes projetos:

- Aperfeiçoamento na Tecnologia de Previsão de Safras (GeoSafras), o projeto tem como finalidade estimar, por meio de uma rede multi-institucional, áreas cultivadas e produtividade agrícola com uso de geotecnologias (sensoriamento remoto, GPS – Global Positioning System e SIG - Sistema de Informações Geográficas). Este procedimento é acompanhado pela aplicação de modelos Agrometeorológicos nos prognósticos de rendimento em decorrência das condições climáticas nos períodos cruciais do desenvolvimento da planta. O projeto é também apoiado por levantamentos de campo e vem impulsionando o trabalho de coleta e geração de informações nas previsões, levantamento e intenção de plantio.

- Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI - Com a finalidade de se adequar às inúmeras demandas, a Conab investiu em Tecnologia da Informação (TI) desenvolvendo o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação (PMTI) com a ampliação dos links, estendidos até as Unidades Armazenadoras, na renovação do parque computacional e no aperfeiçoamento dos sistemas corporativos vinculados às atividades da Companhia, com ênfase na implantação ao Sistema de Faturamento da Conab (x-FAC), na emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e na Escrituração Fiscal Digital (EFD/Sped Fiscal).

Essa rotina, além de promover a integração dos sistemas de fiscalização nas três esferas de Governo, federal, estadual e municipal, é uma forma eficaz para o aperfeiçoamento dos controles fiscais, combate a sonegação e por conseguinte trará agilidade das rotinas, operacionais, simplificação e racionalização de obrigações acessórias da Companhia, e por consequência da agilização dos procedimentos sujeitos a controle das administrações tributárias e redução de custos com a armazenagem de documentos e papéis.

- Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais Oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Base Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis: Tem por objetivo a capacitação de agricultores, suas famílias e as organizações associativas, de forma a prepará-los para a comercialização de seus produtos e o desenvolvimento da agroindústria familiar.

Implantada a partir do fim do primeiro semestre de 2007, as redes nos estados do MT, PA e BA/SE tiveram durante o ano de 2009 a implementação de várias ações previstas nos Planos de Ação elaborados em 2008, destacando a atuação nas três redes (Pará, Mato Grosso e Bahia/Sergipe) quando organizações parceiras implementaram atividades voltadas ao público PRONAF, com a realização de oficinas, estudos de mercado, visitas técnicas, apoio à elaboração e acompanhamento de projetos junto ao Programa Aquisição de Alimentos – PAA e, ainda, realização de reuniões das Comissões Coordenadoras de Rede.

- Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados Provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar - A Companhia participa atualmente do setor pesqueiro, trabalhando no projeto das Cadeias de produção do pescado, em parceria com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Neste segmento, em apoio aos produtores pesqueiros foi proposta a criação dos Kits Feira do Peixe, disponibilizados em 2 padrões: Peixe Fresco e Peixe Vivo. O objetivo dessa ação é dar oportunidade ao aqüicultor ou pescador de comercializar seus produtos diretamente em feiras livres locais, garantindo preços mais justos, tanto para produtores quanto para consumidores.

Até dezembro foram adquiridos equipamentos e materiais para a composição de 340 Kits Feira do Peixe. Embora a compra tenha ocorrido ainda em 2009, os Kits só serão distribuídos futuramente as entidades selecionadas em 22 estados da federação e Distrito Federal, beneficiando 05 regiões administrativas. O valor gasto com os equipamentos foi de 1,584 milhão de reais.

Os recursos financeiros envolvidos com a execução dos projetos mencionados foram da ordem de R\$ 7,1 milhões.

Sistema de Informações Agropecuárias e do Abastecimento

As informações do agronegócio prestadas pela Conab se traduzem em importantes tópicos que influenciam o desenvolvimento da agricultura e do abastecimento nacional, pois criam oportunidades de bons investimentos, especialmente, aos produtores rurais, consumidores e cidadãos, que podem melhor avaliar as políticas públicas.

O aprimoramento na difusão capacitou os técnicos da Companhia a disponibilizarem informações, de forma mais precisa ao Sistema de Informações Agropecuárias (SIAGRO), proporcionando, também, às Superintendências Regionais o acompanhamento de preços dos novos produtos incorporados ao Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), em 2009. O que é positivo neste contexto é o conteúdo atualizado dos Indicadores da Agropecuária, das informações de preços, das estimativas de produção, do volume de estoques públicos e privados, das informações sobre o mercado de insumos agropecuários, comércio internacional - com destaque para a balança do agronegócio, com mais de 2,2 mil mercadorias, dos créditos agrícolas disponíveis ao universo rural e a sociedade.

Pesquisa, acompanhamento e avaliação de safras de grãos são divulgados pela Conab, que realizou 12 estimativas da produção durante 2009, originadas em pesquisas junto às fontes do seguimento agrícola, ou seja, produtores rurais, cooperativas, secretarias de agricultura, órgãos de assistência técnica e extensão rural e, agentes financeiros. A coleta dos dados na área de produção indica o índice de produtividade, a evolução das culturas considerando, desde o preparo do solo até a colheita.

Geotecnologia

O consequente desenvolvimento tecnológico tem imposto a Conab uma constante busca de reaparelhamento. A alternativa é acompanhar a dinâmica do processo produtivo na agricultura com o uso de modernas técnicas agrícolas, visto a evolução de pesquisas voltadas a analisar as condições agrometeorológicas e espectrais, gerando mapas de condição da vegetação nas principais regiões produtoras do Brasil e dos países exportadores de commodities agrícolas. Evidenciou-se a necessidade de periodicamente publicar informes e Boletins Agrometeorológicos, Espectrais e Agroclimáticos com atualizações mensais. Sistemáticamente apresenta a disponibilidade de imagens de alta resolução para o mapeamento ou pré-validação de grãos, cana-de-açúcar, café e outras culturas temporárias, semiperenes e permanentes, além de manter atualizado o banco de dados das usinas de cana de açúcar.

Foram realizados mapeamentos de café nos estados do Paraná, Bahia e Espírito Santo, com imagens de aerofotogramétrica, disponibilizadas pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente (IEMA) e do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), de Minas Gerais e de São Paulo. Tudo isso, hoje, faz parte da realidade da Companhia, que utiliza a moderna técnica de geoprocessamento.

Distribuição de Cestas de Alimentos

A Companhia, em parceria com outros órgãos de governo desenvolveu articulações institucionais com Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Fundação Cultural Palmares (Fcp), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Atuando nos 27 estados, distribuíram 1,5 milhões de cestas, totalizando 32,6 mil toneladas de alimentos, compostas com açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca, feijão, fubá, flocos de milho, farinha de trigo, leite em pó e óleo de soja.

Importantes são os benefícios que se apresentam em forma de suplementação alimentar e nutricional que chegam a 338,4 mil famílias, abrangendo uma população estimada em 1,7 milhões de pessoas. As cestas foram distribuídas por segmento de beneficiários.

Distribuição de Cestas de Alimentos

Beneficiários	Nº de Cestas	Part. %
Famílias acampadas	999.885	67,40
Comunidades quilombolas	97.198	6,55
Comunidades de terreiros	64.963	4,38
Comunidades indígenas	214.658	14,47
Atingidos por barragens	72.916	4,91
Marisqueiras e caranguejeiras	18.202	1,23
Suplementação emergencial	15.756	1,06
Total	1.483.578	100,00

Da Distribuição de Cestas de Alimentos - Emergenciais

Os atendimentos emergenciais realizados pela Conab têm o objetivo de assegurar, com a urgência requerida, a suplementação alimentar e nutricional de comunidades vitimadas por calamidades públicas (desastres) e ajuda humanitária, com as articulações institucionais com o Grupo de Gerenciamento de Crises da Presidência da República, Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) e Órgãos Estaduais de Defesa Civil.

Com ampla abrangência territorial, as operações emergenciais, atualmente atingem 25 estados da federação, com a distribuição de 727,9 mil cestas de alimentos, totalizando 16,7 mil toneladas de açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca, feijão, leite em pó, farinha de trigo, macarrão e óleo de soja. Os benefícios gerados garantem uma suplementação alimentar em caráter emergencial, de 702,2 mil famílias, atingindo uma população estimada em 3,5 milhões de pessoas.

Distribuição de Cestas de Alimentos (Emergenciais) por Região

Região	Qtde (t)	Part. %
Norte	2.615,8	15,62
Nordeste	9.948,3	59,42
Centro Oeste	948,9	5,67
Sudeste	652,9	3,90
Sul	2.576,5	15,39
Total	16.742,4	100,00

Da Ajuda Humanitária Internacional

A Ajuda Humanitária Internacional tem sido ponto forte na ação de assistência, por meio da doação de alimentos a países em situação de vulnerabilidade social, econômica e calamidades públicas (desastres). A articulação institucional ocorre em parceria com o Ministério Relações Exteriores, junto a Coordenação Geral de Ações Internacionais de Combate a Fome (CGFome) e a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC). As ações foram direcionadas para 05 países, com a doação emergencial de 45,5 mil toneladas produtos, assim especificados: arroz beneficiado, sardinha em lata, fiambre em lata, leite em pó, açúcar cristal, biscoito, macarrão, flocos de milho e sementes de hortaliças, destinados as populações vitimadas por calamidades públicas.

Os benefícios são de suplementação alimentar e uma população estimada em 3,9 milhões de pessoas, dos cinco países assistidos.

Ajuda Humanitária Internacional – Distribuição de Produtos

Pais	Qtde (t)	Part. %
Faixa de Gaza	8,4	0,02
Honduras	10.300,1	22,62
Cuba	19.805,9	43,50
Haiti	15.400,3	33,83
El Salvador	14,0	0,03
Total	45.528,7	100,00

Do Apoio Institucional a Estratégia Fome Zero

A Conab tem experiência em larga escala na implementação nas ações de caráter social, motivo que trabalha fornecendo o apoio necessário de logística à estratégia Fome Zero do governo federal. Claro, depois de observadas as demandas do programa, a Conab recebe, guarda, movimenta e distribui os produtos doados, o material informativo/pedagógico, além de doar os alimentos originários das aquisições da Agricultura Familiar. As atividades se desenvolvem em conjunto com MDS, SEDEC e Entidades Assistenciais.

Estas ações foram estendidas por 1,16 mil municípios em 25 estados brasileiros, onde a Conab realiza a entrega de material de assistência humanitária, destinados a famílias vitimadas por calamidades públicas.

Doação de Produtos - Fome Zero

Material	Unid.	Recebido	Entregue	Estoque
Cobertor	unid.	310.000	231.962	78.038
Colchão	unid.	197.956	150.911	47.045
Filtro de água	unid.	59.732	49.732	10.000
Fronha	unid.	310.100	175.869	134.231
Kit limpeza	unid.	110.094	104.503	5.591
Lençol de cama	unid.	264.025	159.845	104.180
Mosquiteiro	unid.	310.000	234.332	75.668
Lona 4 x 100	Rolo	1.100	501	599
Lona 6 x 100	Rolo	1.002	449	553
Lona 8 x 100	Rolo	1.002	714	288
Toalha de banho	unid.	255.500	137.450	118.050
Travesseiro	unid.	197.960	139.852	58.108

Além das operações citadas de ajuda à estratégia Fome Zero, inclui-se, ainda, as tarefas que envolvem a entrega de máquinas, de equipamentos eletrônicos, de peças de vestuário, de utensílios, veículos e de brinquedos.

Distribuição de Mercadorias - Fome Zero

Mercadorias diversas	Entregas efetuadas	Saldo estoque
Em caixas	5	
Em kg	1.374.634	141.354
Em latas	95.130	
Em unidades	422.586	173.682
Em pacotes		2

A Empresa, contando com sua experiência em logística, distribuiu 5,1 milhões de impressos e materiais alusivos de divulgação e informações à estratégia Fome Zero, utilizados nas campanhas e nas atividades de capacitação das áreas de segurança alimentar e cidadania. Permaneceu em estoque o quantitativo de 4,7 milhões de unidades desses materiais.

Distribuição de Materiais Informativos e Pedagógicos

Materiais (em unidades)	Estoque	Liberação	Saldo atual
Cartilhas	3.560.848	111.000	3.449.848
Cartazes	29.915		25.915
Livro	44		44
Camisetas	180		180
Baners	3.205		3.205
Sacolas plásticas	1.448.000	214.000	1.234.000
Folders	25.550	50	25.500
Tabelas Taco	4.550	300	4.250
Kits pedagógicos	871	90	781
Agenda Bolsa Família	492		492
Total	5.069.655	325.440	4.744.215

As doações atingiram o montante de 26,5 mil toneladas de produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar, conforme pode ser verificado, com seguintes produtos.

Distribuição de Mercadorias da Agricultura Familiar

Produtos	Qtde (t)	Part. %
Açúcar	854,2	3,22
Arroz beneficiado	845,0	3,19
Arroz em casca	1.673,9	6,32
Farinha mandioca	10.317,3	38,94
Feijão	10.203,4	38,51
Leite em pó	1.798,5	6,79
Milho em grãos	545,1	2,06
Suco de frutas	229,9	0,87
Outros (1)	27,5	0,10
Total	26.494,8	100,00

Do Apoio ao Comércio Varejista de Pequeno Porte

A necessidade de se preservar a diversidade do micro comércio de produtos básicos das periferias das pequenas e grandes cidades, de forma a satisfazer as demandas de suas comunidades circunvizinhas com mercadorias de qualidade e preços condizentes com o mercado, levou a Conab a desenvolver ações para modernizar e fortalecer esse sistema de comércio.

Assim, é necessário criar mecanismos eficazes, com um significativo teor de informações, organizou o Comércio Varejista de Pequeno Porte, com a finalidade de promover, mediante prévia seleção e capacitação das unidades varejistas, a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte e incorporar melhorias ao suprimento da sua clientela.

Participam neste projeto o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE), Entidades Públicas e representações de classe, com ações concentradas nas regiões metropolitanas em 8 Estados. Hoje, conta com 752 unidades varejistas selecionadas e cadastradas, agrupadas em 8 Centrais de negócios em pleno funcionamento e 5 em formação.

Dados sobre Varejistas Cadastrados

Unidades Federativas	Varejistas Cadastrados	Centrais de Negócios	
		Formadas	Em formação
Alagoas	16	1	-
Bahia	85	1	-
Ceará	238	1	2
Maranhão	88	-	1
Paraíba	91	2	1
Pernambuco	98	1	1
Piauí	41	-	-
Rio Grande do Norte	95	2	-
Total	752	8	5

Com uma expectativa de seis canais para escoamento de produtos originários da Agricultura Familiar, as Unidades Varejistas filiadas foram contempladas com a comercialização de 941,1 toneladas de produtos, permitindo a oferta de alimentos de qualidade e a preços compatíveis aos seus clientes.

Dados sobre Doações de Produtos da Agricultura Familiar

UF	Açúcar	Arroz	Feijão	Leite em	
				Pó	Total
Bahia	92.010				92.010
Ceará				110	110
Maranhão		12.120		1.950	14.070
Paraíba	30.000			13.640	43.640
Pernambuco	751.587	3.750	210	11.520	767.067
Piauí				24.230	24.230
Total	873.597	15.870	210	51.450	941.127

Do Apoio a Modernização do Setor Hortigranjeiro

Melhorias foram incorporadas às unidades varejistas selecionadas e aos serviços que prestam às suas comunidades circunvizinhas, com reflexo positivo no volume das vendas e nos preços praticados.

O setor passou por reengenharia para modernizar os Mercados Atacadistas, no contexto do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado hortigranjeiro (PROHORT), indutor de ações que contribuem para a melhoria dos processos de produção, guarda e conservação, transporte e comercialização de produtos hortigranjeiros. Participa o Ministério da Agricultura, Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento (Abracem), Confederação Brasileira das Associações e Sindicatos de Comerciantes em Entrepósitos de Abastecimento (Brastece), Câmaras Setoriais e órgãos estaduais e municipais das áreas de produção e abastecimento.

Sob coordenação da Conab, a atuação é direta em 62 Municípios de 22 Estados, com operações realizadas com ações de apoio para a estruturação física e operacional de 54 mercados atacadistas. No total, foram realizadas 6 visitas para avaliação operacional e orientação técnica, estendida com visita à Espanha, com o intuito de agregar novos conhecimentos em relação ao sistema e processos técnico/operacionais de seus mercados atacadistas de hortigranjeiros. Houve neste período a realização de 17 diagnósticos, com amostra representativa dos respectivos mercados, formalizando 54 Termos de Cooperação Técnica com entidades gestoras do segmento hortigranjeiro, com a permanente atualização do Portal Prohort, com inserções diárias de seus preços praticados pelos filiados. Desses, 54 estão comprometidos com os propósitos de promover o programa de modernização do setor.

Da Formação dos Estoques Públicos

Em 2009, a Conab adquiriu por meio de Aquisição do Governo Federal (AGF) 1.145 mil toneladas de produtos, com destaque para o milho 920,3 mil t, feijão 156 mil t e trigo 51,8 mil t. Foram também realizadas aquisições de arroz, fécula de mandioca, sisal, sorgo, e café, no total de 18,9 mil toneladas. O volume de recursos nas operações de AGF atingiu 483,8 milhões de reais.

Por intermédio do mecanismo de Contrato Público de Opção de Venda de Venda, foram adquiridas 3.622,2 mil t de milho e 478,9 mil t de arroz com liberação de recursos na ordem de 1.009,8 milhões de reais para o milho e 288,3 milhões de reais para o arroz. Registramos também a aquisição de 33,3 mil t de café com a liberação de 169,3 milhões de reais. Foram lançados ainda em 2009, contratos no montante de 120 mil t de café integralmente negociados com vencimento previsto para 2010, que caso exercidos, comprometerão recursos na ordem de 622,5 milhões de reais, excluídos custos financeiros, e finalmente registramos a entrada de 460 mil t de trigo com desembolso de 240,7 milhões de reais, cujos contratos foram lançados no final de 2008.

Pela Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF/PAA) foram adquiridas 145,5 mil toneladas de produtos. O principal produto adquirido foi o feijão com 45,4 mil t, seguido do trigo 56,2 mil t, farinha de mandioca 14 mil t e leite em pó 6,9 mil t. Em menor volume foi adquirido também arroz, milho, castanha de caju. Para o programa, foram utilizados 171 milhões de reais.

Da Garantia e Sustentação de Preços

No que tange a políticas de garantia de sustentação de preço ao produtor o Governo lançou mão dos demais instrumentos de comercialização com subsídio direto ao produtor ou a terceiros, atrelado ao escoamento do produto. Destaque para a negociação de 4,8 milhões de t de milho com custo estimado de 322,7 milhões de reais na modalidade de Prêmio para o Escoamento do Produto (PEP). Na mesma linha, seguimos com a comercialização de 2,8 milhões de t de trigo, com a estimativa de liberação de prêmio no valor de 437,6 milhões de reais. Em menor quantidade e não menos importante para o setor, promovemos a negociação de 50 mil t de PEP de feijão, comprometendo 3,073 milhões de reais. Com mesmo instrumento, incentivamos a negociação de 169,5 milhões de litros de leite e 36,7 milhões de litros de vinho, reservando para o total da operação o valor de 37,4 milhões de reais, sendo 13,8 milhões para o primeiro e 23,6 milhões para o segundo.

Ainda como forma de subsídio direto ao produtor registramos a comercialização de 792 mil t de algodão em pluma com estimativa de liberação do valor de 549,9 milhões de reais à título de Prêmio Equalizador ao Produtor Rural e/ou à sua Cooperativa (PEPRO); o comprometimento na mesma modalidade do valor de 96,7 milhões de reais aos produtores de milho pela comercialização de 1,8 milhão de t do produto, comprometendo, também 2,12 milhões de reais no amparo aos produtores de feijão, via comercialização de 16,7 mil t do produto.

No que diz respeito à necessidade do abastecimento de setores carentes de matérias primas, esta Companhia atuou, via Valor do Escoamento do Produto - VEP, na venda de milho e trigo a preços preços subsidiados, o primeiro no montante de 50,5 mil t destinados à avicultores/suínocultores e produtores de leite das regiões norte/nordeste, estado do Espírito Santo e norte do estado de Minas Gerais, envolvendo recursos na ordem de 4,13 milhões de reais, e o segundo destinado as indústrias moageiras do norte/nordeste no volume de 61,2 mil t com desembolso previsto de 9,37 milhões de reais.

Da Comercialização dos estoques públicos

A venda de estoques públicos por meio de leilões eletrônicos resumiram-se na comercialização de 6,07 mil t de milho apurando em favor da Companhia, receita no valor de 1,86 milhão de reais 4,2 mil t de café perfazendo o montante de 16,14 milhões de reais e ainda 453t de trigo e 329 de arroz com valor operacional total de 139,9 mil reais.

Da Formação de Cestas Básicas

Continuando as ações de anos anteriores de apoio aos programas assistenciais desenvolvidos pelo Governo Federal, para a formação de cestas básicas a serem distribuídas as comunidades carentes/necessitadas ou sob risco e por demanda do MDA e do MDS, foram adquiridos nos leilões de compra realizados ao longo do ano de 2009, o montante de 3,1 mil t de açúcar, 23,7 mil t de arroz beneficiado, 2,2 mil t de farinha de mandioca, 342t de farinha de trigo, 3,5 mil t de feijão, 1,3 mil t de flocos de milho, 633t de fubá de milho, 2,596t de macarrão e 4,8 mil latas de óleo de soja, cujos custos na ordem de 59, milhões de reais foram repassados a esta Conab pelo MDA e MDS.

Agradecimentos

Agradecemos a colaboração e o empenho de nossos empregados e colaboradores, que são a maior riqueza da Conab, assim como a confiança das entidades governamentais de todas as esferas de poder e clientes, razão de existir da nossa Companhia.

Brasília (DF), 29 de março de 2010

Wagner Gonçalves Rossi
Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercício findo em 31 de dezembro de 2009

ATIVO	VALORES EM R\$ MIL		PASSIVO	VALORES EM R\$ MIL	
	2009	2008		2009	2008
CIRCULANTE	4.453.686	2.005.718	CIRCULANTE	4.605.038	1.977.015
DISPONÍVEL	69.259	64.026	DEPÓSITOS	33.758	19.666
Bancos Conta Movimento	10	10	CONSIGNAÇÕES	2.151	2.198
Aplicações Financeiras	69.249	64.016	Pensão Alimentícia	5	14
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	683.639	591.485	Planos de Seguros	168	64
CRÉDITOS A RECEBER	604.170	516.630	Empréstimos	194	147
Devedores por Fornecimento	24.684	27.352	Outros Tributos e Consignações	1.777	1.973
Créditos Tributários	295.518	182.102	Impostos e Contribuições Diversas	7	0
Recursos a Receber	112.957	141.356	RECURSOS DA UNIÃO	17.119	11.273
Créditos Diversos a Receber	171.011	165.820	Recursos Fiscais	5.028	3.839
DEVEDORES-ENTIDADES E AGENTES	75.576	71.389	Recursos Previdenciários	12.091	7.434
Entidades Devedoras	11.791	30.380	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	14.488	6.195
Créditos Parcelados	26	117	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.571.280	1.957.349
Recursos da União	63.759	9.829	OBRIGAÇÕES A PAGAR	217.992	94.533
Diversos Responsáveis - Apurados	0	31.063	Fornecedores	208.570	79.016
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	3.852	3.466	Pessoal a Pagar	234	25
Adiantamentos a Pessoal	3.843	3.447	Encargos Sociais a Recolher	857	813
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	9	19	Obrigações Tributárias	428	1.839
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	41	0	Débitos Diversas a Pagar	2.875	6.448
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	3.700.765	1.350.175	Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	5.028	6.392
Estoques para Alienação	3.355.194	996.370	PROVISÕES	218.640	84.091
Almoxarifado	1.072	1.194	Provisão para Férias	22.258	19.686
Titulos e Valores em Circulação	375	155	Provisão p/IRPJ e CSLL	847	0
Materiais em Trânsito	1.486	52	ICMS s/Mercadorias para Revenda	367	1.834
Compra Antecipada - Entrega Futura	342.638	352.404	Provisão para ICMS	46.469	46.469
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	23	32	Provisão para Contingências	131.702	0
Valores Pendentes	23	32	Provisão para o INSS	9.251	9.251
ATIVO NÃO - CIRCULANTE	491.989	422.653	Encargos Sociais sobre Provisões	7.746	6.851
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	239.602	193.617	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	529.646	457.926
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	42.647	34.296	Entidades Credoras	529.646	457.926
Depósito Compulsório	0	838	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.601.884	1.320.149
Recursos Vinculados	42.647	33.458	Operações Especiais	3.601.884	1.320.149
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	196.955	159.321	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	2.781	559
Devedores - Entidades e Agentes	38.434	6.682	Adiantamentos de Clientes	2.781	559
Créditos Diversos a Receber	158.521	152.639	VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	37	7
INVESTIMENTOS	91.561	90.111	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1	11
Participações Societárias	35.864	35.026	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	299	73
Outros Investimentos	55.697	55.085	PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	38.308	69
IMOBILIZADO	160.826	138.925	OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69	69
Bens Imóveis	250.875	228.535	Depósitos e Cauções	69	69
Bens Móveis	66.124	55.185	OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	38.239	0
Depreciações	(156.173)	(144.795)	OBRIGAÇÕES A PAGAR	38.239	0
TOTAL	4.945.675	2.428.371	Entidades de Previdência Complementar	38.239	0
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	302.329	451.287
			Capital	223.181	223.181
			RESERVAS	49.988	49.471
			Reservas de Capital	26.545	26.651
			Reservas de Lucros	23.443	22.820
			LUCROS A DESTINAR	29.160	178.635
			TOTAL	4.945.675	2.428.371

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2009

DETALHAMENTO	VALORES EM R\$ MIL	
	2.009	2.008
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	195.266	762.851
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	154.515	727.139
Vendas Estoques Estratégicos	70.953	314.230
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	86.307	417.141
Vendas Abastecimento Social	(8)	43
Vendas Atacado - Outros	0	51
Adição a Receita de Vendas	(2.737)	(4.326)
RECEITA DE SERVIÇOS	40.751	35.712
Serviços de Armazenagem	40.751	35.712
(-)DEDUÇÕES DAS REC. DE VENDAS E SERVIÇOS	5.946	28.845
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	189.320	734.006
(-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	248.548	737.705
CMV - Estoques Estratégicos	125.276	332.440
CMV - Estoques Reguladores-PGPM	122.845	405.225
CMV - Atacado e Outros	427	40
(+/-)ARREDONDAMENTOS	521	(128)
(-)EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	(120.842)	(48.591)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	61.093	45.020
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	547.401	445.773
(-)DESPESAS DE PESSOAL	313.657	277.574
Vencimentos e Vantagens Fixas	214.052	186.384
Obrigações Patronais	75.581	65.851
Outras Desp. Variáveis-Pessoal Civil	12.621	10.744
Sentenças Judiciais e Dep. Compulsórios	11.403	14.595
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	233.744	168.199
Despesas/Receitas Financeiras	(5.953)	(7.203)
Contrib.a Entid.Fechadas de Previdência	24.662	22.932
Transf.a Inst.Privada sem Fins Lucrativos	0	0
Transferências ao Exterior	1.729	12.420
Material de Consumo	6.484	6.698
Diárias-Pessoal Civil	8.720	5.436
Passagens e Desp.com Locomoção	3.536	3.373
Serviços de Consultoria	31	127
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.108	2.023
Locação de Mão-de-Obra	13.362	11.832
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	86.944	69.292
Obrigações Tributárias e Contributivas	58.896	16.964
Aquisições de Bens para Revenda	197	34
Outras Despesas Operacionais	33.028	24.271
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	506.239	421.986
Transferências Financeiras	419.332	352.842
Multas e Encargos de Outras Origens	5.864	5.257
Indenizações e Restituições	53.310	37.442
Receitas Imobiliárias	4.853	4.619
Receitas de Valores Mobiliários	43	23
Receitas Diversas	22.837	21.803
(-)MOVIMENTAÇÃO INTERNA	9	0
RESULTADO OPERACIONAL	19.922	21.224
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	23.850	7.546
RECEITA NÃO OPERACIONAL	24.108	3.455
Alienação de Bens Móveis	(590)	(531)
Alienação de Bens Imóveis	22.982	2.535
Depreciação - Reversão	1.716	1.451
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	258	(4.091)
RESULTADO ANTES DO IMP. RENDA E CONTR. SOCIAL	43.772	28.770
Provisão para Imposto de Renda	617	0
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	230	0
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	42.925	28.770
LUCRO POR AÇÃO	23,08	15,47

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2009

DESCRIÇÃO	Em R\$ mil			
	2009	%	2008	%
1.RECEITAS	219.114	43,81	770.397	195,71
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	195.265	39,04	762.851	193,79
1.2 - Não Operacionais	23.849	4,77	7.546	1,92
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	218.072	43,60	794.602	201,86
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	147.001	29,39	695.034	176,56
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	71.071	14,21	99.568	25,29
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.042	0,21	(24.205)	-6,15
4.RETENÇÕES	13.304	2,66	11.811	3,00
4.1 - Depreciação	13.304	2,66	11.811	3,00
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(12.262)	-2,45	(36.016)	-9,15
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	512.453	102,45	429.659	109,15
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	512.453	102,45	429.659	109,15
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	500.191	100,00	393.643	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	500.191	100,00	393.643	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	358.304	71,63	316.356	80,37
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	96.341	19,26	46.832	11,90
8.3 - Juros e Aluguéis	1.774	0,35	1.676	0,43
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	43.772	8,75	28.779	7,31
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda e Contr. Social	617	0,12	0,00	0,00
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	230	0,05	0,00	0,00
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	42.925	8,58	28.779	7,31
8.8 - Dividendos	5.028	1,01	2.066	0,52
8.9 - Destinação para Reserva Legal	1.059	0,21	435	0,11
8.10 - Lucros Retidos	36.838	7,36	26.278	6,68

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2009

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL	
	2009	2008
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	43.772	28.779
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	188.074	(13.910)
Depreciações	11.378	9.959
Redução (Aumento) nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(8.405)	(301.936)
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários	(108.982)	(2.227)
Aumento nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	28.400	75.701
Aumento (Redução) nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	2.300	263.011
Redução (Aumento) em Pessoal e Encargos	(103)	(604)
Aumento (Redução) nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	(41)	24
Redução (Aumento) nos Valores Pendentes a Curto Prazo	235	77
Redução (Aumento) nos Empréstimos - Estoques Públicos	(68.855)	(105.271)
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	125.926	62.494
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	8.293	(53.668)
Aumento nos Dividendos a Pagar	(1.364)	2.754
Aumento nas Provisões	133.701	1.861
Aumento nas Entidades Credoras	71.719	46.742
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	2.222	(11.242)
Aumento nos Recursos Vinculados	(8.350)	(1.585)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	231.846	14.869
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	(1.450)	293
Aplicações no Imobilizado	(33.280)	(14.551)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(34.730)	(14.258)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Reserva Legal	(435)	46
Dividendos a Pagar	(5.028)	(2.066)
Doações e Subvenções p/investimento	(107)	107
Resultado de Exercício Anterior	(163.351)	(266)
Lucros a Destinar do Exercício	(19.856)	0
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	(3.106)	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(191.883)	(2.179)
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	5.233	(1.568)
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	5.233	(1.568)
No Início do Exercício	64.026	65.594
No Final do Exercício	69.259	64.026

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2009

EM R\$ 1000

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL					RESERVAS DE LUCROS			RESULTADO DO EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	CAPITAL REALIZADO	CORREÇÃO MONET.D.O CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	DOAÇÕES E SUBVENC.P/ INVESTIMENTO	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		
SALDO EM 01/01/2008	223.181	25.373	443	0	728	10.769	0	164.193	0	424.687
RESULT. DE EXERC.ANTERIOR								(266)		(266)
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS								(163.927)		(163.927)
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES								152.356		152.356
RESULTADO DO EXERCÍCIO									28.779	28.779
RESULT. DO EXERC. A DESTINAR									(26.278)	(26.278)
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								26.278		26.278
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO							11.570			11.570
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				835						835
DOAÇÕES					107					107
DOAÇÕES TRANSF.P/RESERV.CAPITAL					(835)					(835)
CONSTITUIÇÃO RESERVA						481			(435)	46
DIVIDENDOS PROPOSTOS									(2.066)	(2.066)
SALDO EM 31/12/2008	223.181	25.373	443	835	0	11.250	11.570	178.634	0	451.286
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR								(163.351)		(163.351)
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES								(22.963)		(22.963)
RESULTADO DO EXERCÍCIO									42.925	0
RESULT. DO EXERC. A DESTINAR									(36.838)	0
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								36.838		36.838
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				(106)						(106)
CONSTITUIÇÃO RESERVA						624			(1.059)	624
DIVIDENDOS PROPOSTOS									(5.028)	0
SALDO EM 31/12/2009	223.181	25.373	443	729	0	11.874	11.570	29.158	0	302.328

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (em R\$ mil)

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	12	Recursos Vinculados
02	Elaboração das Demonstrações Financeiras	13	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	14	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	15	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	16	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	17	Créditos do Tesouro Nacional - Estoques
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	18	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	19	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	20	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Créditos em Cobrança	21	Convênios/Cooperação Técnica
11	Devedores – Entidades e Agentes		

NOTA - 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 encontram-se em fase de implantação – e operacionais, representadas por 96 complexos armazenadores (179 armazéns), destinadas à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA - 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei 11.941/09, pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 100 e 102/09, apenas a Conab-Sede e as Superintendências Regionais nos estados de Goiás, Minas Gerais e Tocantins, apresentam Processo de Contas individualizado, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas a contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA - 3. ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

Conforme mencionado na Nota 2, com a promulgação da Lei nº 11.638/07 e a edição da Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, foram alterados, revogados, complementados e introduzidos dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), com vigência a partir do encerramento das demonstrações contábeis relativas ao exercício e aplicáveis a todas as entidades constituídas na forma de sociedades anônimas.

Como é cediço, referidas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

A propósito, em continuidade ao processo de convergência, em 2009 foi expedido uma quantidade significativa de novos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações Técnicas, para aplicabilidade a partir de 2010.

NOTA - 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a. Equivalente de Caixa: Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais;

b. Créditos a Receber: as contas a receber decorrentes da comercialização de serviços e mercadorias são registradas, no momento em que são entregues e aceitas pelos clientes;

c. Estoques Reguladores e Estratégicos: a formação e manutenção de Estoques Reguladores e Estratégicos são executadas com orçamento próprio, mediante a transferência direta dos recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/04;

c.1. Demais Estoques: os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável;

c.2. Valor Presente dos Estoques: em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias p/ Alienação, no total de R\$ 3.355.194 mil, foram avaliados e comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da CONAB, da 2ª quinzena de dezembro de 2009, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente desses estoques por se tratar de estoques públicos, sob a guarda da CONAB, eles são garantidos pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, não havendo expectativa de perda na realização desses estoques;

d. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica;

e. Almoarifado: os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição;

f. Investimentos: os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades;

g. Seguros: a Companhia tem como política manter cobertura de seguros em montante julgado suficiente pela área técnica para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades;

h. Imobilizado: demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98;

h.1 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): no exercício de 2009, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial;

i. Benefícios a empregados: o plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença;

j. Ajustes de Exercícios Anteriores: os ajustes de exercícios anteriores, conforme definidos na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados. Os ajustes efetuados no exercício de 2009 totalizaram a cifra de R\$ 163.351 mil, provenientes de provisão de contingências praticamente certas (para os riscos estimáveis, com expectativa de perda provável, com base na avaliação da Procuradoria-Geral), incluindo, ainda, baixas de créditos prescritos de ICMS, por recomendação da auditoria independente, baixa de créditos incertos, originários do extinto Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos – PRODEA e ajustes na equalização de dezembro de 2008;

k. Reconhecimento da Receita

k.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias;

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados;

l. Regime de Tributação: para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita, são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

NOTA - 5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	EXERCÍCIO	
	2009	2008
ICMS a Compensar	294.861	181.160
IRRF a Compensar	578	872
Contribuições Outros Impostos	79	70
Total - Circulante	295.518	182.102

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de produtos, predominantemente de produtores rurais para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA - 6. LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$ 112.957 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2010, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e convênios.

NOTA - 7. RECURSOS A RECEBER DO TESOIRO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 2 – Encerramento do Exercício, subitem 2.2.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, foi registrado o total de R\$ 436.040 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$ 5.042 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2009, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- R\$ 26.373 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2009, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$ 386.146 mil referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2010;
- R\$ 18.477 mil referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações oriundas de acordos de cooperação técnica, mantidos com outras entidades da administração pública, envolvendo a operacionalização de programas de abastecimento, provenientes de valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2010.

Os valores acima estão registrados, por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”, criadas para registro automático desses valores e cujos efeitos se anulam.

NOTA - 8. DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$ 24.684 mil correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias e prestação de serviços de armazenagem.

NOTA - 9. CONTAS A RECEBER

São oriundos das alienações de bens patrimoniais, da folha de pagamento e de outros créditos relacionados às operações da Companhia, de curto e longo prazo.

a. Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	EXERCÍCIO	
	2009	2008
Créditos por Alienação de Bens	5.686	5.501
Créditos por Cessão de Pessoal	876	1.287
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores (¹)	8.475	6.682
Créditos por Infrações Legal/Contratual (²)	155.974	152.350
Subtotal - Circulante	171.011	165.820

(¹) incluem recursos relativos ao Programa de Assistência à Saúde – SAS e outros

(²) Em consonância com as orientações contidas no manual do SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.11.38, os débitos das armazenadoras, pertinentes aos desvios e perdas de produtos dos Estoques Governamentais, estão registrados na conta “11219.19.00 – Créditos por Infrações Legal/Contratual”.

b. Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	EXERCÍCIO	
	2009	2008
Créditos por Alienação de Bens	5.067	9.717
Títulos a Receber	29.741	31.176
Outros Créditos	382	369
Créditos a Receber em Poder da Justiça	123.313	111.359
Subtotal - Não Circulante	158.503	152.621
Total - (Circulante + Não Circulante)	329.514	318.441

NOTA - 10. CRÉDITOS EM COBRANÇA

Os Créditos a receber surgidos no curso normal dos negócios da Companhia, possuem expectativa de perda, cuja provisão foi constituída em observância ao pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005. Quanto aos créditos relativos às perdas em armazenagem dos estoques públicos, estes possuem garantia real nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04.

Esses créditos estão atualizados monetariamente, mais juros de 1% a.m, até 31/12/2009 e, portanto, representam a cifra de R\$ 1.888.160 mil, registrados em controles extra-contábeis, que atendem ao conceito contábil de “valor presente”, com a seguinte composição:

Descrição	EXERCÍCIO	
	Posição em 31/12/2009	Posição em 31/12/2008
Ajuizados	1.735.601	1.680.419
Encaminhado para Ajuizamento	17.131	16.583
Cobrança em Andamento (administrativa)	3.608	4.764
Outros (¹)	131.820	147.544
Total	1.888.160	1.849.310

(¹) Remetido para instrução judicial, Composição de dívida, pagamento em juízo, Cobrança suspensa por determinação judicial.

NOTA - 11. DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos direitos a receber de Entidades Federais e da União, relativos às equalizações de preços de produtos e indenização de despesas de armazenagem dos Estoques Reguladores e Estratégicos; créditos parcelados originados de perdas de estoques governamentais depositados em armazéns de terceiros, objeto de acordos firmados entre as partes.

A conta Recursos da União registra os valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos dos meses de setembro a dezembro de 2009 e o valor de indenização de armazenagem de produtos dos estoques públicos de dezembro de 2009, a receber do Tesouro Nacional, estando assim demonstrada:

a. Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Descrição	EXERCÍCIO	
	2009	2008
Entidades Federais	11.791	30.380
Entidades Estaduais, Distritais e Municipais	0	0
Créditos Parcelados	26	117
Recursos da União	63.759	9.829
Diversos Responsáveis – Apurados	0	31.063
Total - Circulante	75.576	71.389

b. Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Descrição	EXERCÍCIO	
	2009	2008
Entidades Federais	38.239	0
Créditos Parcelados	102	6.579
Créditos a Recuperar	93	103
Total - Não Circulante	38.434	6.682

NOTA - 12. RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, com predominância de causas trabalhistas em andamento, registrados no não circulante, totalizando R\$ 42.647 mil.

NOTA - 13. BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O valor de R\$ 342.638 mil representa o saldo a receber dos adiantamentos concedidos nos exercícios de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, para Compra Antecipada – CPR Alimento e Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar que será quitada mediante a entrega de produtos ou em espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Esses estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	EXERCÍCIO	
	2009	2008
Estoques de Mercadorias	3.355.194	996.370
Estoques de Almoxarifado	1.447	1.349
Estoques em Trânsito	1.486	52
Compra Antecipada - CPR	342.638	352.404
Total	3.700.765	1.350.175

NOTA - 14. ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2009, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$ 4.605.038 mil e não havia obrigações vencidas de curto prazo. Portanto, já expressas em valor presente.

No passivo não circulante, as obrigações totalizavam a cifra de R\$ 38.308 mil, pertinentes a depósitos e cauções, cujas operações apresentam pendências de natureza operacional, tratando-se, portanto, de obrigação não exigível de imediato.

NOTA - 15. DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$ 14.488 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e outros.

Passivos Contingentes - Provável

Ações Trabalhistas

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de “perdas prováveis ou praticamente certas” são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos: desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicional de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “perdas prováveis ou praticamente certa” representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos planos econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editais de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial e judicial e outros pedidos.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa/2009	Valor do Provável Desembolso
Cível	34.791	54.408
Trabalhista	11.249	29.792
Tributária	1.679	390
Total	47.719	84.590

Passivos Contingentes - Possível

Ações Trabalhistas

A conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de “perdas possíveis” podem ser dispensadas de constituição provisional e são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos, em especial daqueles oriundos da anistia administrativa (Lei nº 8.878/94): licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingresso no instituto de previdência social da Conab (Cibrius) sem o devido pagamento da jóia, indenizações por danos morais e materiais, desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “possíveis” podem ser dispensadas de constituição de provisão e representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editais de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial, judicial e outros pedidos.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa/2009	Valor do Possível Desembolso
Cível	161.772	164.615
Trabalhista	61.234	82.368
Tributária	2.927	7.847
Total	225.933	254.830

Ativos Contingentes - Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais visando restituir indébitos tributários, reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados), de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se as ações que visam indenizações e a cobrança, por quebra de garantias ou infrações contratuais, que representem perdas e danos para a companhia, também reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa/2009	Valor do Possível Recebimento
Cível	207.931	1.025.130
Trabalhista	40	188
Tributária	42	46
Total	208.013	1.025.364

NOTA - 17. CRÉDITOS DO TESOIRO NACIONAL - ESTOQUES PÚBLICOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MDA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2009, corresponde a R\$ 3.601.884 mil.

NOTA - 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social: o capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b. Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2009 foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalentes.

b.1. Reserva legal: Foi calculada e provisionada a Reserva Legal, de conformidade com o disposto no inciso I do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie.

c. Dos Dividendos

Foram realizados diretamente na conta de “Resultados de Exercícios Anteriores”, ajustes no montante de R\$ 163.351 mil, relativos à baixa de créditos a receber, provisões para contingências, provisões de créditos tributários prescritos.

A Conab já promoveu o pagamento de dividendos obrigatórios em exercícios anteriores, e os ajustes de R\$ 163.351 mil evidenciado que a Companhia promoveu o pagamento a maior de dividendos nos exercícios anteriores, o que a habilita a compensar integralmente os valores excedentes no presente exercício, por conta do valor dos ajustes.

Nesse sentido, considerando que o valor dos ajustes absorve integralmente o lucro apurado em 2009, não cabe, por consequência, a distribuição de dividendos, razão pela qual, o valor de R\$ 5.027,8 mil, alocado por meio da Nota de Lançamento 2009NL012487, deverá sofrer os ajustes devidos no exercício de 2010, anulando essa obrigação, por ser indevida.

d. Resultado do Exercício: o resultado da Companhia é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas com estoques públicos envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de Contratos Públicos de Opção de Venda, Agricultura Familiar e aquisição de alimentos para doação. As demais operações são representadas pelas atividades de armazenagem e de administração. No exercício de 2009, a Companhia apurou lucro na ordem de R\$ 43.772 mil, cujo resultado ajustado é de R\$ 21.170 mil.

NOTA - 19. DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2009, foram apurados e transferidos R\$ 398 mil, restando o saldo de R\$ 31.108 mil, conforme segue:

Em R\$ mil

Exercício	Saldo
2008	31.506
2009	31.108

NOTA - 20. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS

a. Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, qualificada como Patrocinador - Principal e o próprio CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2009 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o Salário de Participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2009, foram amortizadas 191, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2009 e 2008, respectivamente, foi de R\$ 50.030 mil e R\$ 60.312 mil. A partir do exercício de 2009, por recomendação dos Auditores Independentes, o saldo do contrato, que até então encontrava-se registrado em contas de compensação, passou a ser reconhecido em contas patrimoniais.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, em termos da legislação previdenciária. A última Avaliação Atuarial teve como base 31 de agosto de 2009.

b. Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, biênio 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2009, a Conab efetivamente gastou com o SAS, já descontada a participação dos empregados, o montante de R\$ 17.694, beneficiando 4.338 empregados e seus dependentes. O saldo a receber, em 31/12/2009, referente à participação financeira dos empregados é de R\$ 7.779 mil.

NOTA - 21. CONVÊNIOS/COOPERAÇÃO TÉCNICA

a. Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, consequentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: 1. Implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; 2. Modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); 3. Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); 4. Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis; e 5. Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto estão sendo executadas com recursos próprios da Conab e de outros Órgãos do MAPA e MDA e, ainda, do Ministério da Pesca.

O montante dos recursos repassados foi:

Em R\$ mil

Descrição	Exercícios	
	2009	2008
Repasse – Recursos Próprios	2.129	168
Repasse – Recursos Outros Órgãos	2.485	9.507
Repasse – Recursos Extraordinários do Orçamento – União	0	0
Total de Repasses	4.614	9.675

b. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA

A Companhia, por força dos convênios mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 946 municípios e 91,4 mil pessoas (produtores/famílias), sendo adquiridas 277 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadraram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelo Decreto nº 6.447, de 07/05/2008. O programa envolveu recursos na ordem de R\$ 288.452 mil, em 2008 e R\$ 362.500 mil no ano de 2009.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2009.

WAGNER GONÇALVES ROSSI
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE ALIMENTOS POLITICA AGRICOLA E INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/O-8 CPF:067475232-53

PARECER DA AUDITORIA INTERNA
Exercício 2009

A Auditoria Interna – Audin, com base nas normas de auditoria interna aplicáveis e nas técnicas e procedimentos amostrais realizados, examinou os atos e fatos praticados no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, relativos ao exercício findo em 31/12/2009 e, em cumprimento ao disposto no inciso VI, art. 18 do Regimento Interno da Conab, na Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – TCU n.º 102/2009 e na Norma de Execução da Controladoria Geral da União – CGU n.º 03/2009, aprovada pela Portaria/CGU n.º 2.270/2009, emite o seguinte parecer:

I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BALANÇO ENCERRADO EM 31/12/2009

As Demonstrações Financeiras do Balanço encerrado em 31/12/2009 foram elaboradas em conformidade com a NBCT 3 (Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis), aprovada pela Resolução/CFC n.º 686/1990, com as alterações introduzidas pelas Resoluções/CFC n.ºs 847/1999, 887/2000 e 1.049/2005, e com o artigo 176, da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, e as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638, de 28/12/2007 e n.º 11.941, de 27/5/2009, aplicáveis às empresas públicas de direito privado. As Demonstrações lidas em conjunto com as Notas Explicativas refletem a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia, exceto pelos efeitos modificativos causados ao resultado do exercício e do patrimônio líquido, em razão dos fatos consignados no Relatório de Auditoria n.º 03/2010, Item - DIVIDENDOS A DISTRIBUIR E RESERVA LEGAL INCIDENTES SOBRE O RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2009.

II. CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS

As ações de auditoria realizadas no exercício de 2009 contemplaram as áreas finalística, administrativa e contábil-financeira. As auditorias foram planejadas em programas de auditoria próprios, cujos objetos foram criteriosamente especificados, levando-se em conta, além do cumprimento normativo, os aspectos relacionados à relevância estratégica, materialidade, fragilidade de controles e criticidade. Ademais, foram identificados e avaliados os riscos inerentes a cada ação de auditoria. As vulnerabilidades encontradas, além de serem objeto de recomendação nos relatórios de auditoria correlatos, também serviram de subsídio para a definição das novas ações de auditoria para o ano de 2010.

Dessa forma, constatamos que os controles internos administrativos da Conab permitem assegurar, de um modo geral, a observância às diretrizes, planos, procedimentos administrativos, regulamentos, normas e leis, que regem as atividades da Companhia, possibilitando a identificação de falhas e impropriedades e a proposição de medidas saneadoras.

III. A REGULARIDADE DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

Dada a materialidade e a necessidade de acompanhar o processo licitatório no âmbito da Conab, a Audin deflagrou, no decorrer do ano de 2009, ações de auditoria na Matriz e nas Superintendências Regionais dos Estados do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Amazonas e Rio Grande do Norte, para avaliar os grandes contratos de prestação de serviços e fornecimento de bens. Essa iniciativa de acompanhar os processos licitatórios representou 17% das ações de auditoria, descritas no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAINI/2009.

Foram verificados, de forma amostral, os autos referentes às aquisições e contratações administrativas, relativos às Unidades Orgânicas acima elencadas, nos quais analisou-se, em síntese, os seguintes tópicos: a) a devida aplicabilidade da regulamentação legal dos processos licitatórios; b) a estrutura e a obediência legal às fases interna e externa (regularidade do procedimento licitatório); c) pertinência e regularidade contratual e documental dos processos licitatórios e d) a padronização e a regularidade formal dos processos (incluindo, por exemplo, a verificação da motivação do gasto, da destinação dos bens e serviços e da atuação do fiscal do contrato).

Destarte, em análise dos dados colhidos, constatou-se que as contratações de compras, serviços e obras, em regra seguiram a tramitação legal exigida pela Constituição Federal de 1988. Observou-se ainda, na concretização das demandas, observância às disposições da Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei n.º 8.666/93) e da legislação específica como a Lei n.º 10.520/2002 e o Decreto n.º 5.450/2005, que versam sobre o Pregão e Pregão Eletrônico.

No tocante às contratações diretas, o apurado foi que, na quase totalidade dos casos, a aplicação tanto de dispensa como de inexigibilidade foi feita de forma correta e dentro dos parâmetros legais.

IV. O GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES, ESPECIALMENTE QUANTO À OPORTUNIDADE, FORMALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Ao final do exercício, em 22/12/2009, a Conab por meio de sua Superintendência Regional do Estado do Mato Grosso firmou convênio (Siafi n.º 724536), na condição de concedente, com a Prefeitura do Município de Sinop para execução de projeto de drenagem de águas pluviais, pavimentação asfáltica e colocação de meio-fio e sarjeta nas ruas do entorno de sua Unidade Armazenadora - UA/Sinop, cuja conclusão das obras está prevista para 30/5/2010. O convênio está em andamento e será objeto de acompanhamento no decorrer do exercício de 2010.

V. O CUMPRIMENTO DE RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA

Por meio dos acompanhamentos realizados durante o exercício de 2009, verificamos que a maior parte das recomendações expedidas pela Unidade de Auditoria Interna foi prontamente atendida. Nos casos em que não foi possível a adoção de providências imediatas para solução das pendências, foram estabelecidos prazos para atendimento, com os gestores das Unidades auditadas. Dessa forma, concluímos como satisfatório o cumprimento das recomendações emitidas pela Auditoria Interna.

VI. CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Em face dos acompanhamentos levados a efeito no decorrer do exercício de 2009, tem-se que as recomendações/determinações, emanadas dos órgãos de controle externo e interno, foram objeto de ações para se ter o saneamento e cumprimento delas, as quais foram monitoradas, consoante as correspondências recebidas da Egrégia Corte de Contas e, na forma de Plano de Providências, no que diz respeito à Controladoria Geral da União, não só sobre os assuntos inerentes à Matriz, como também os das Superintendências Regionais.

VII. CONSELHO FISCAL E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No decorrer do exercício de 2009, o Conselho Fiscal - Confis, composto por três membros efetivos e respectivos suplentes, realizou doze reuniões ordinárias, correspondentes a cada mês do ano em referência, e uma reunião extraordinária, ocorrida em março de 2009, nas quais exerceu as suas competências estatutárias de fiscalização dos atos de gestão dos administradores da Conab, análise dos balancetes mensais, exame das demonstrações contábeis anuais e tratou de outros assuntos de relevância.

O Conselho de Administração - Conad, por sua vez, composto pelo Presidente da Companhia e cinco Conselheiros, realizou, no decorrer do exercício antes dito, doze reuniões ordinárias, referentes a cada mês do ano, e uma reunião extraordinária, ocorrida em março de 2009, nas quais, dentre outros assuntos de relevância, exerceu as suas competências estatutárias de orientação geral quanto aos negócios e prioridades da Conab, fiscalização da gestão da Diretoria Colegiada, aprovação de alterações no Regimento Interno e criação de unidades organizacionais na Companhia.

A Audin acompanhou as decisões dos conselhos por meio de monitoramento das implementações de recomendações e correção de eventuais impropriedades apontadas, de forma amostral. Para a seleção da amostra de acompanhamento, definiu-se o critério do conteúdo temático. Assim, verificou-se a implementação das decisões dos colegiados que, no entender da Audin, eram pertinentes de acompanhamento por representarem oportunidades de melhorias nos processos de gestão ou impropriedades que demandariam ações reparadoras.

Cumpre ressaltar que algumas das deliberações do Conad, voltadas ao aperfeiçoamento organizacional e ao gerenciamento administrativo de áreas da Companhia foram, inclusive, objeto de regulamentação normativa interna, por meio de portarias e resoluções.

VIII. DEMANDAS APRESENTADAS À AUDITORIA INTERNA PELOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL.

a) Demandas relativas ao cumprimento das atividades consignadas no PAINT.

Ao longo do exercício de 2009 os Conselhos Fiscal e de Administração não apresentaram demandas sobre a execução do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT.

Contudo, o Conselho Fiscal procedeu ao acompanhamento dos trabalhos de auditoria realizados pela Audin, por meio dos relatórios de auditoria que foram disponibilizados para conhecimento daquele Colegiado.

b) Demandas relativas à solicitação de trabalhos especiais efetuados à Auditoria Interna.

No exercício de 2009, os Conselhos de Administração e Fiscal não solicitaram trabalho especial à Auditoria Interna - Audin.

c) Acompanhamento do cumprimento das recomendações dos órgãos de controle, inclusive da própria Auditoria Interna.

O Conselho Fiscal solicitou à Audin os esclarecimentos elencados:

Recomendação/Determinação
Informações prestadas pela Audin
Encaminhamento dos conselhos sobre o assunto

Acórdãos: (a) Acórdão nº 1835/2009 – TCU – Plenário (DOU de 21/08/2009):... TCU conheceu representação formulada pela recorrente sobre possíveis irregularidades em leilões do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor – Pepro, relativo à comercialização da safra de café no ano de 2007, sob responsabilidade da Conab.

A CONAB prestou informações ao TCU, referentes ao Acórdão em tela, as quais estão sendo analisadas pela 8ª SECEX daquele Tribunal de Contas.

O Conselho Fiscal solicita à Companhia a adoção de providências, visando ao atendimento às determinações do TCU exaradas no item 9.4, subitens 9.4.1 e 9.4.2, bem como informar o Colegiado sobre as medidas adotadas e os resultados obtidos.

Demonstrações Contábeis: Setembro/2009 (Comunicação Interna Sucon nº 1083/2009); e Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Setembro/2009 (Comunicação Interna Difi n nº 256/2009). Relatório de Desempenho Econômico Financeiro – Setembro/2009: ... verificam-se evidências de implementações nos registros contábeis, de modo que as operações governamentais não afetem o resultado da Companhia. Desta forma, o Confis deliberou por encaminhar cópia do Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro e das Demonstrações Contábeis do mês de Setembro/2009 a Audin – Auditoria Interna, para análise, identificação e avaliação das alterações contábeis implementadas e posterior posicionamento ao referido Conselho.

A Auditoria Interna - Audin atendeu por meio da Nota Técnica Audin n.º 20/2009.

Demonstrações Contábeis: Outubro/2009 (Comunicação Interna Sucon nº 1238/2009); e Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Outubro/2009 (Comunicação Interna Difi n nº 286/2009). Relatório de Desempenho Econômico Financeiro – Outubro/2009: Analisando a Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, do mês de outubro/2009, em conjunto com o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, verificam-se evidências de implementações nos registros contábeis, de modo que as operações governamentais não afetem o resultado da Companhia. O Confis deliberou por encaminhar cópia do Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro e das Demonstrações Contábeis do mês de outubro/2009 à Audin – Auditoria Interna, para análise, identificação e avaliação das alterações contábeis implementadas e posterior posicionamento àquele Conselho.

A Auditoria Interna - Audin atendeu por meio da Nota Técnica Audin n.º 22/2009.

Determinações dos Órgãos de Controle Interno (Secretaria Federal de Controle - SFC) e Externo (Tribunal de Contas da União - TCU). Ofício STN/COREF/GEFIS Nº 1906/2009. 10.3) Acórdão nº 5354/2009 – TCU – 2ª Câmara. Refere-se ao Processo nº 016.821/2001-3, prestação de contas do exercício 2000. Os Ministros do TCU determinaram à Conab adotar diversas medidas saneadoras, mantendo aquele Tribunal informado à medida que os assuntos sejam regularizados. Determinou ainda, à Secretaria Federal de Controle Interno que informe nas próximas contas da Conab, o efetivo cumprimento das decisões desse Acórdão.

A Audin encaminha trimestralmente ao Conselho Fiscal, informações acerca do cumprimento, pela Conab, das determinações e recomendações do TCU.

Os Conselheiros deliberam por solicitar à Conab manter o Colegiado informado das providências saneadoras elencadas pelo Tribunal de Contas da União.

Relatório de Empregados Cedidos – Posição em 14/12/2009 (Comunicação Interna Sufin/Geob nº 2426/2009). O Confis recomenda que a Audin acompanhe e informe o resultado das pendências comentadas, bem como as providências adotadas pela Companhia.

A Gerência de Controle e Relações de Trabalho providenciou despacho, em resposta à CI 001 da Comissão Portaria Presi 22/10, informando o Confis sobre as providências adotadas.

Ofício STN/COREF/GEFIS Nº 1949/2009, encaminha Acórdãos da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 6373/2009 – TCU 1ª Câmara. Processo nº 023.917/2008-3 (Prestação de Contas Simplificada – Exercício 2007 da Sureg-RO).

A Audin encaminha trimestralmente ao Conselho Fiscal, informações acerca do cumprimento, pela Conab, das determinações e recomendações do TCU.

O Conselho Fiscal recomenda à Companhia a adoção de providências cabíveis.

Brasília-DF, 15 de abril de 2010.

Maria Inês Lasmar Alvarenga
Chefe da Auditoria Interna
CRC/DF n.º 4302

Fernando José Sales
Gerente de Auditoria
CORECON/11ª R n.º 2171

Júlia Mendes Nogueira
Gerente de Riscos
CRA/DF n.º 016616

Marcelo Henrique Coelho
Gerente de Des. Téc. Operacional
CREA/DF n.º 10397/D

Geraldo Ferreira de Aquino
Auditor Interno
Mat. n.º 45835

Antonio Martins de Lima
Auditor Interno
CRC/DF n.º 5285/O-0

João Gonçalves Filho
Auditor Interno
CRC/DF n.º 01858410-7
Maria do Socorro F. da S. Lopes
Auditora Interna
CRC/DF n.º 6046

Dalmo Mendes Vieira
Auditor Interno
CORECON/11ª R n.º 2920

Oswaldo Gonçalves Pateiro
Auditor Interno
CRC/RJ n.º 094366

Eugenia Maria Rocha de Oliveira
Auditora Interna
CORECON/11ª R n.º 2683

Paulo Hiroshi Hayakawa
Auditor Interno
CRC/DF n.º 4659

Gilberto Luzzi Diniz
Auditor Interno
CORECON/11ª R n.º 1982

Zilda Eulina Reis Pacheco da Silva
Auditora Interna
CRC/DF n.º 7417

José Romero Santiago
Auditor Interno
CRA/DF n.º 5270

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.
Brasília – DF.

1. Examinamos o Balanço Patrimonial da Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, levantado em 31 de dezembro de 2009 e em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas Demonstrações de Resultado, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração de Valor Adicionado, Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido correspondente ao exercício findo naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de vossa administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações, o sistema contábil e os controles internos; a constatação com base nos testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados e a avaliação das práticas contábeis mais representativas adotadas pela Conab bem como da apresentação das demonstrações contábeis em sua conjuntura.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis apresentadas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Conab – Companhia Nacional de Abastecimento em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio social, o resultado do fluxo de caixa e o valor agregado pela Companhia referente aos exercícios findos naquelas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação vigente e Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Brasília – DF, 31 de março de 2010.

Fábia Marques Braga.
Contadora - Sócia.
CRC 013977/01-DF
Metrópole Soluções Empresariais
CRC 934-DF

Rafael Gaião dos Santos
CRC 20723-4-DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CONAB

O Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, consoante o art. 25 do Estatuto Social da Companhia, combinado com o art. 163, incisos II, III e VII, da Lei nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, em Reunião Extraordinária realizada nesta data, examinou o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, as Notas Explicativas e o Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, à vista dos documentos apresentados pela Companhia, da análise procedida em reuniões ocorridas mensalmente, e respaldados no Relatório Gerencial de Desempenho – Nota Técnica Audin nº 009/2010, Parecer da Unidade de Auditoria Interna, datado de 15/04/2010, e no Parecer da Auditoria Independente, datado de 31/03/2010 e Parecer do Conselho de Administração da Conab, relativo à aprovação das Contas encerradas em 31/12/2009, opinam que as Demonstrações acompanhadas das Notas Explicativas refletem a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia.

Brasília-DF, 20 de abril de 2010.

MARCUS VINICIUS SOCIO MAGALHÃES
PRESIDENTE

PEDRO ATAÍDE CAVALCANTE
CONSELHEIRO

WESLEY JOSÉ GADELHA BEIER
CONSELHEIRO

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONAB

O Conselho de Administração da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto nos incisos IV e V, do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, tendo examinado o Balanço Patrimonial da Companhia, as respectivas Demonstrações do Resultado de Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, as Notas Explicativas e o Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, os membros do Conselho, à vista dos documentos apresentados pela Companhia, considerando ainda, o contido no Parecer da Auditoria Interna, e após conhecer e concordar com o parecer do Conselho Fiscal presente na Reunião Extraordinária desta data resolve submetê-los ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Brasília-DF, 20 de abril de 2010.

JOSÉ GERARDO FONTELLES
Presidente

GUILHERME COSTA DELGADO
Conselheiro

JOSÉ MENEZES NETO
Conselheiro

EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro

MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira